

Credor será chamado a

Economia

3/11/87, TERÇA-FEIRA • 5

comprar ações de estatais

Antônio Carlos Campos

Os credores da dívida externa brasileira serão estimulados a realizar a conversão de seus créditos em ações de grandes empresas estatais, segundo estudos do Governo com vistas à implantação de uma Secretaria Especial da Presidência da República ou ministério específico para gerenciar o programa de privatização. Dentre esses estudos, uma sugestão do Conselho Interministerial de Privatização é de que essa questão seja amplamente debatida pelo Congresso Nacional, "atingindo-se uma definição que atenda realmente aos legítimos interesses nacionais".

O Conselho Interministerial de Privatização, órgão que seria extinto cedendo lugar a um ministério ou secretaria da Presidência, foi criado em 1985 pelo presidente José Sarney, através do decreto 91.991, sendo composto pelos ministros do Planejamento, da Indústria e do Comércio, e da Fazenda. Segundo estudo realizado pelo órgão é preciso ampliar a participação do

capital estrangeiro no processo de privatização. A ampliação pretendida, segundo o estudo, respeitaria as regras atuais de controle nacional de no mínimo de 51% das ações com direito a voto, além do "controle político, gerencial, comercial e tecnológico".

"Respeitado esse conceito", prossegue o estudo do Conselho, "não há qualquer razão que impeça ou iniba a participação de capital estrangeiro em processos de privatização". A participação estrangeira, dessa forma, poderia assumir as seguintes características, conforme o trabalho:

1 — No caso de grandes empresas estatais, poderá ser estimulada a conversão de créditos detidos por instituições financeiras estrangeiras em ações preferenciais sem direito a voto.

2 — O acionista estrangeiro adquire participação acionária minoritária no capital de empresa nacional candidata à compra de empresas estatais, aumentando a capacidade financeira do empresário nacional.

3 — O acionista estrangeiro participa diretamente do capital da empresa privatizada, minoritariamente, no momento da transferência de controle ou em futuros aumentos de capital da empresa, aumentando a capacidade de investimento do empresário nacional e o grau de capitalização da empresa privatizada.

4 — Em operações de privatização de grande porte poderá ocorrer a colocação de parte das ações junto a investidores institucionais estrangeiros.

Ainda segundo o estudo do Conselho Interministerial de Privatização, começam a surgir sinais de que tais propostas de participação do capital estrangeiro na transferência do controle acionário de estatais, hoje mais potenciais do que reais, "podem ser viabilizadas através da implementação do Fundo Brasil (que lançaria ações de estatais nos principais mercados do mundo) e da regulamentação dos mecanismos de conversão da dívida externa".